



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010736-43.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **ADILSON CARLOS PIGATTO**
 Requerido: **PATRICIA SILVEIRA RAMOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor cobra da ré quantia em dinheiro para a reparação de peça de seu automóvel (para-brisa) danificada pela mesma.

A ré em contestação admitiu o desentendimento com o autor na ocasião trazida à colação, mas silenciou sobre o ato que lhe foi atribuído como ensejador da demanda, o que importa dizer que o negou.

Já o autor se manifestou em réplica, asseverando em seguida que não tinha prova testemunhal a produzir (fl. 10).

A conjugação desses elementos conduz à improcedência da ação.

Isso porque o fato constitutivo do direito do autor consistiu no dano do para-brisa de seu automóvel levado a cabo pela autora.

Como ele foi refutado pela mesma na peça de resistência, tocava ao autor a comprovação pertinente por força do que dispõe o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Todavia, ele não se desincumbiu minimamente desse ônus porque não amealhou dados consistentes que militassem em seu favor.

Nenhum dos documentos que instruíram o relato inicial vincula a ré ao fato noticiado, enquanto o autor externou expressamente seu desinteresse pela produção de prova oral.

Bem por isso, e não se tendo patenteados o ato atribuído à ré, a rejeição do pedido transparece de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**